RGe ISSN: 2177-3246

O BRICS, A AMÉRICA LATINA E A ORDEM MUNDIAL MULTIPOLAR: UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA E GEOECONÔMICA

BRICS, LATIN AMERICA, AND THE MULTIPOLAR WORLD ORDER: A GEOPOLITICAL AND GEOECONOMIC ANALYSIS

LOS BRICS, AMÉRICA LATINA Y EL ORDEN MUNDIAL MULTIPOLAR: UN ANÁLISIS GEOPOLÍTICO Y GEOECONÓMICO

10.56238/revgeov17n5-015

Glauber Lopes Xavier
Doutor em Sociologia
Instituição: Universidade Estadual de Goiás (UEG)
E-mail: glauber.xavier@ueg.br

Marco Túlio Martins
Doutor em Geografia
Instituição: Universidade Estadual de Goiás (UEG)
E-mail: marco.martins@ueg.br

Marcos Augusto Marques Ataídes
Doutorando em Ciências Sociais e Humanidades
Instituição: Universidade Estadual de Goiás (UEG)
E-mail: marcos.ataides@ueg.br

RESUMO
O artigo tem como objetivo promover uma discussão sobre a importância do BRICS em uma ordem mundial em transformação, rumo à multipolaridade. Contempla, ainda, as possibilidades de integração na América Latina a partir de aspectos geopolíticos e geoeconômicos. Teoricamente, fundamenta-se no conceito de multipolaridade instável e em teorias geopolíticas, destacadamente o meridionalismo, a fim de se promover uma reflexão sobre os limites e as potencialidades inerentes aos países-membros do BRICS, mas também aos países latino-americanos em seus projetos de integração. Priorizou-se uma abordagem crítica e histórica a fim de se apreender os fenômenos atinentes às recentes mudanças no sistema mundial e seus desdobramentos na América Latina.

Palavras-chave: BRICS. Geopolítica. Mutipolaridade. América Latina.

ABSTRACT
This article aims to promote a discussion on the importance of BRICS in a changing world order, moving toward multipolarity. It also considers the possibilities for integration in Latin America from geopolitical and geoeconomic perspectives. Theoretically, it is based on the concept of unstable multipolarity and geopolitical theories, particularly meridionalism, to promote reflection on the limits and potential inherent in BRICS member countries, as well as in Latin American countries in their

integration projects. A critical and historical approach was prioritized to understand the phenomena related to recent changes in the global system and their consequences in Latin America.

Keywords: BRICS. Geopolitics. Multipolarity. Latin America.

RESUMEN
Este artículo busca promover el debate sobre la importancia de los BRICS en un orden mundial en transformación que avanza hacia la multipolaridad. También considera las posibilidades de integración en América Latina desde perspectivas geopolíticas y geoeconómicas. Teóricamente, se basa en el concepto de multipolaridad inestable y en teorías geopolíticas, en particular el meridionalismo, para reflexionar sobre los límites y el potencial inherentes a los países miembros del BRICS, así como a los países latinoamericanos en sus proyectos de integración. Se priorizó un enfoque crítico e histórico para comprender los fenómenos relacionados con los cambios recientes en el sistema mundial y su desarrollo en América Latina.

Palabras clave: BRICS. Geopolítica. Multipolaridad. América Latina

1 INTRODUÇÃO

A ordem global que marca o tempo presente deve ser observada a partir dos seguintes processos: considerável crescimento econômico chinês; alteração na política comercial norte-americana e, para além disso, o seu reposicionamento na dinâmica de poder global; demarcação dos interesses russos com a guerra da Ucrânia; ampliação da participação de países em desenvolvimento no produto global, especialmente aqueles que fazem parte do bloco dos BRICS. Trata-se de uma ordem mundial cujo elemento diferencial da anterior consiste na multipolaridade, a qual tem como importante aspecto a instabilidade. Portanto, uma multipolaridade instável segundo conceito desenvolvido por Visentini (2025).

De forma breve, podemos traçar da seguinte maneira as mudanças fundamentais no sistema internacional. De 1815, ano da assinatura do Tratado de Viena, até 1914 com o início da 1ª GM, a Grã-Bretanha ocupou posição hegemônica, foi o século da chamada pax britânica. O anos que compreendem do início da 1ª GM até o término da 2ª GM, ambos os conflitos considerados por alguns historiadores como pertencentes a uma única grande guerra - o que a nosso juízo é uma leitura correta dos processos históricos à época - foram marcados por uma forte instabilidade sistêmica, tanto política quanto econômica. Tratou-se de um interregno histórico, isto é, intervalo temporal dominado pela ausência de clareza sobre os rumos das sociedades, notadamente favorável à ascensão de toda sorte de extremismos, como o fascismo e o nazismo.

Findada a 2ª GM, dadas as circunstâncias bastante favoráveis com que os EUA saíram do conflito, tendo acumulado capitais e tido poucas perdas humanas e materiais, principalmente quando comparado com os países europeus e com o Japão, estavam postas as condições para que assumissem o status de superpotência, compartilhado apenas com a União Soviética após o desenvolvimento de seu projeto de armas nucleares. Iniciava o chamado mundo bipolar em que a segurança internacional era garantida pela capacidade de destruição em escala planetária lograda pelos EUA e pela União Soviética. As forças foram, assim, acomodadas dentro do raio de influência de ambos os países e permitiram que a paz se convertesse em um imperativo diante da possibilidade de extinção da humanidade. Esta ordem bipolar perdurou até o final da década de 1980 e o processo de dissolução do Estado soviético.

Durante os anos 1990, e pela primeira vez, os EUA assumiram a liderança inconteste do sistema mundial. Seu PIB era significativamente superior ao dos demais países e sua capacidade militar era de longe a maior do globo, o que permitiu a difusão de seu projeto de segurança em diversos territórios, abarcando todos os continentes por meio da implantação de bases militares. Do ponto de vista de sua economia, uma série de inovações relacionadas à informática permitiu ganhos de produtividade e o crescimento do setor de serviços, inclusive o financeiro. É certo que estas inovações, seus usos e

aplicações, extrapolaram os processos produtivos e determinaram mudanças em vários setores da atividade econômica, como saúde, defesa, educação, comunicações e transportes.

A década seguinte seria, contudo, marcada por diversos escândalos financeiros envolvendo empresas de tecnologia e, como corolário, a queda das ações destas empresas e um processo de crise que se abateu sobre os mercados. Além disso, os atentados terroristas ocorridos em setembro de 2001 fariam com que os EUA passassem a conduzir uma série de ofensivas em nome do combate ao terrorismo, ensejando as guerras do Afeganistão e do Iraque. A crise financeira de 2008 e o vigoroso crescimento da economia chinesa inaugurariam uma nova ordem mundial multipolar sobre a qual tratamos neste texto, cujo objetivo primordial é compreender a importância dos BRICS[1] na tessitura dessa nova ordem e, ainda, promover uma reflexão sobre a posição ocupada pela América Latina nesse conjunto de transformações.

2 UMA ORDEM MUNDIAL EM CONSTRUÇÃO

A análise que realizamos está ancorada numa perspectiva realista, e crítica, das relações internacionais, ou seja, aquela que parte do princípio de que o conflito é inerente às relações entre os Estados, logo, que existe uma permanente disputa entre os Estados pela ampliação do seu poder ou de sua esfera de influência. Nas palavras de Todd (2025, p. 15) a perspectiva realista trata-se de "una escuela de pensamento que concibe las relaciones internacionales como una combinación de equilibrios de poder egoístas entre Estados-nación". Se reserva, assim, a compreender os fenômenos tais como se manifestam e não em como deveriam ser segundo um ideal de mundo e de sociedade.

A atual ordem mundial padece de uma série de fenômenos que impedem inferências conclusivas, pairam mais dúvidas que certezas. Dentre tais fenômenos inclui-se a organização de um grupo de países em torno do chamado BRICS, apontando para um novo paradigma em matéria de relações internacionais após um longo período de bipolaridade (EUA X URSS) durante os anos da Guerra-Fria e um curto período a partir do qual se construiu a ideia de "hegemonia americana" marcada pela projeção de seu poder em escala mundial.

Dois eventos marcam o início do século XXI, os quais não podem ser ignorados na compreensão do tempo presente: a crise da hegemonia norte-americana por volta do início do século XXI e a vigorosa expansão da economia chinesa, a qual passou a representar não apenas um importante parceiro comercial para vários países do mundo, mas também um importante parceiro diplomático, através do qual seria possível contornar a submissão aos EUA. Tais processos foram acompanhados – e como desdobramentos de movimentos mais amplos na dinâmica geopolítica global – pela crise

[1] O acrônico BRICS foi criado em 2001 por Jim O´Neill, o qual havia sido indicado para o cargo de chefe de pesquisa econômica global da Goldman Sachs. Segundo Stuenkel (2017, p. 15): "Como economista, O´Neill não levou muitos aspectos em consideração e elaborou um grupo com base em indicadores econômicos, centrado nas taxas de crescimento do PIB, PIB per capita e tamanho populacional."

econômica de 2008 que se abateu sobre as finanças globais e a ascensão de economias periféricas, de que a Índia é seguramente o melhor exemplo.

As frustradas experiências com as guerras no Iraque, por meio da qual Saddam Russein foi deposto e assassinado, e a guerra do Afeganistão implicaram na crise da narrativa de guerra contra o terrorismo, estrategicamente operada a fim de garantir sobrevida à hegemonia americana. Tais experiências fornecem numerosos exemplos da relevância ocupada pelas condições geográficas no teatro de guerra, assim como a própria natureza das guerras modernas nesse novo século. (Ribeiro, 2018). Tal crise adveio, ainda, dos resultados da debacle econômica de 2008, desestabilizando mercados e arruinando moedas. Entrementes, um conjunto de países lograva relativo crescimento econômico e estreitavam laços comerciais com a China. Eram o caso do Brasil e da África do sul, por exemplo, além de vários outros países latino-americanos, da África e da própria Ásia. No caso da América Latina, "o volume do intercâmbio saltou de 18 bilhões de dólares, em 2002, para 450 bilhões, em 2021" (Katz, 2024, p. 43).

O mapa do comércio mundial estava se redesenhando e, com ele, se redesenhava, também, a ordem diplomática. O BRICS surgia nesse interregno. Inicialmente desacreditado pela heterogeneidade que o constitui, o grupo foi tomando fôlego desde a 1ª cúpula presidencial em Ecaterimburgo em junho de 2009 até que, em 2014, durante a 6ª cúpula do BRICS, realizada em Fortaleza, no Brasil, foram anunciadas a criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS e do Arranjo Contingente de Reservas (Contingency Reserve Agreement – CRA) do BRICS. (Stuenkel, 2017).

Seus membros são bastante heterogêneos em termos políticos e culturais, todavia, podem ser identificados como países que observaram algum nível de crescimento econômico e modernização de suas sociedades nas décadas recentes e, ainda, que buscam contornar os limites estabelecidos pela ordem global engendrada com o fim do mundo bipolar. É preciso ter em conta, também, que a China, a Índia e a Rússia possuem o domínio de armas nucleares, dotando tais países de um poder militar compartilhado por poucos. Ao contrário dos demais, a Índia não é signatária do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Em termos de produto nacional, enquanto a China possui um PIB de US$ 17,79 trilhões, o Brasil, por exemplo, possui um PIB de US$ 2,174 trilhões. Além disso, enquanto a população chinesa é da ordem de 1,409 bilhão e a população indiana é de 1,428 bilhão de pessoas, a população russa é de 146,2 milhões de habitantes. Mas as divergências não dizem respeito apenas a esses fatores. É provável que a principal discrepância diga respeito às estruturas econômicas dos países que compõem o bloco. Se por um lado a China possui um amplo parque industrial, concentrando cadeias produtivas caracterizadas pelo uso de alta tecnologia, outros países não reúnem o mesmo dinamismo econômico

e se apoiam em estruturas com baixa densidade técnica, como é o caso da África do Sul e mesmo do Brasil.

Ao analisar o poder mundial, Visentini (2019) propôs a existência de quatro eixos (Figura 1). Para tal tipologia, segundo o autor, "mais do que por rivalidades ideológicas ou geopolíticas, o que conta é a posição político-econômica que ocupam na estrutura de poder mundial". (Visentini, 2019, p. 10). Nesses termos, entende-se que, para além da geopolítica, a análise da ordem global em construção deve se ater aos fenômenos geoeconômicos. A notação do poder mundial em eixos permite compreender os fundamentos das disparidades entre os países membros do BRICS, inclusive a possibilidade de que o Brasil seja rebaixado para o quarto eixo, o "eixo agrário, mineral e demográfico periférico". O eixo que atualmente aglutina a maioria dos países membros do BRICS trata-se do "eixo industrial heterodoxo emergente", onde estão os países considerados semiperiféricos.

Figura 1 – Eixos do poder mundial



Fonte: Visentini, Paulo; Oliveira, Maria, 2022.

Há que se reconhecer que o BRICS não visa se contrapor a nenhuma organização atualmente em vigência no que tange a disputa por poder bélico ou revisão dos acordos firmados no pós-segunda guerra. Nesse sentido, "o argumento liberal-globalista de que os países não são compatíveis por serem muito diferentes, projeta o raciocínio de que o BRICS almejaria ser um adversário de mesmo perfil que o G-7. Uma típica falta de compreensão do outro". (Visentini, 2025, p. 177), produto de uma perspectiva ocidentocêntrica (Stuenkel, 2018) . Esta falta de compreensão é fruto da dificuldade de se reconhecer que a ordem global se transformou, mas é, também uma narrativa que tem implicações políticas.

A guerra da Ucrânia, pelos seus desdobramentos como as duras sanções aplicadas à Rússia (confisco de ativos russos, bloqueios comerciais etc.) segundo Visentini (2025) ensejou processos que

comprovam esta inferência, como a adesão de petromonarquias árabes ao BRICS ou, ainda, de adesão à Organização para a Cooperação de Xangai. Atualmente, o BRICS é composto por onze países membros, sendo cinco membros originais: África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia, e os seis novos membros, admitidos em 2024 e em 2025: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã. (BRICS, 2025). Acrescente-se ao conflito Rússia-Ucrânia outros movimentos disruptivos no plano da geopolítica mundial, como a política externa do segundo governo Trump, iniciado em 2025, marcada por intencionalidades expansionistas (desejo de anexação do Canadá e da Groenlândia) e de retomada do controle do canal do Panamá, além da política comercial protecionista na contramão da globalização neoliberal de que sempre se colocaram como defensores.

É preciso considerar, ainda, o instável convívio entre Israel e a Faixa de Gaza, assim como grupos dissidentes muçulmanos e separatistas em outras regiões do Oriente Médio. Com efeito, a propositura dos eixos do poder coaduna-se à da Multipolaridade Instável que, segundo Visentini (2025, p. 179):

> Assim, no plano acadêmico, a proposta da Multipolaridade Instável se contrapõe à visão liberal de um mundo interdependente e cooperativo, e aproxima-se de leituras voltadas à análise realista crítica, destacando: 1) a aceleração e a volatilidade das relações internacionais; 2) o colapso de instituições multilaterais como garantidoras da ordem; e 3) o uso crescente de *hard power* e *soft power* coercitivo por parte das potências. Trata-se, portanto, de uma *multipolaridade sem estabilidade sistêmica*, isto é, sem um "concerto de potências" estabilizador. (grifos do autor)

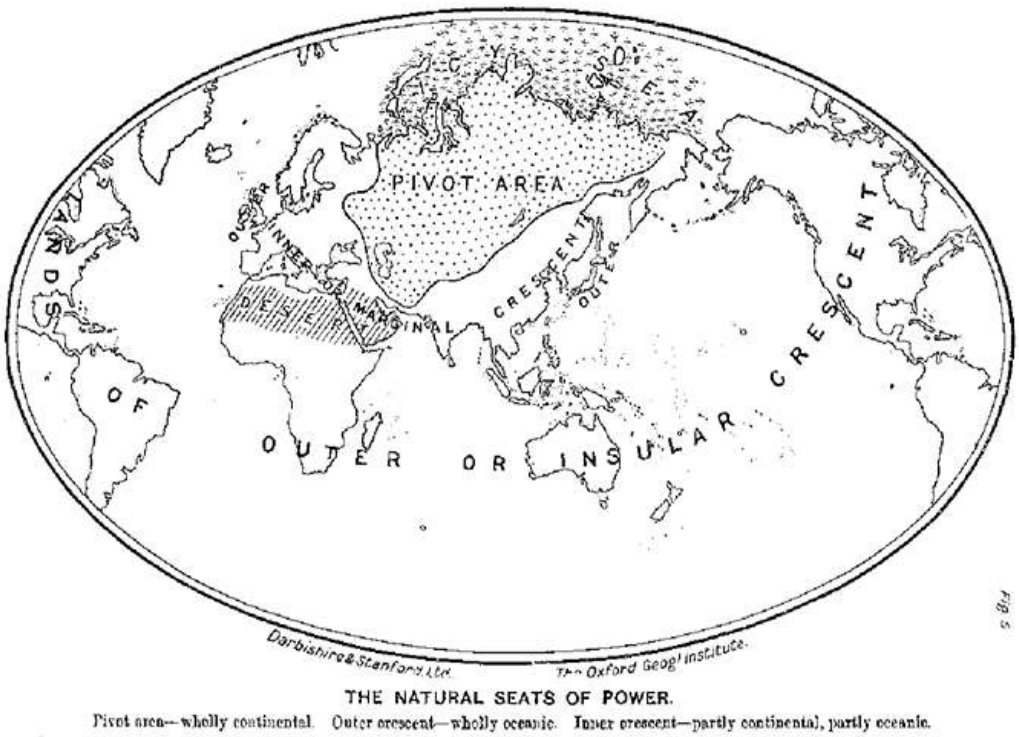
A acentuada importância do BRICS é parte dessa multipolaridade instável. Considerando os seis membros recém-admitidos (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Etiópia, Indonésia e Irã), a participação do BRICS no PIB mundial se aproximou de 40% em 2023. Em termos territoriais, o BRICS representa em torno de 36% do total e quase a metade da população do planeta. Em termos comerciais, os países do BRICS foram responsáveis por 24% do total das trocas mundiais e reúnem aproximadamente 72% das reservas mundiais de minerais de terras raras; 43,6% da produção mundial de petróleo; 36% da produção mundial de gás natural e 78,2% da produção global de carvão mineral (BRICS, 2025).

É inconcebível pensar a ordem mundial sem que se leve em consideração a importância do BRICS. Qualquer rumo que ela tome passará pela orientação que seus países-membros irão tomar nos próximos anos. O diagnóstico que nos é permitido fazer com base nos eventos recentes é que: 1. Há uma evidente reorientação da política externa americana no segundo governo de Donald Trump; 2. A Rússia tem conseguido se manter economicamente estável a despeito das duras sanções a que foi submetida após a conflagração da guerra em território ucraniano; 3. A China não criticou de forma direta e contundente a ofensiva russa e, ainda, reforçou os laços comerciais com aquele país; 4.

Algumas nações semiperiféricas têm conquistado maior peso político nos processos decisões, caso da Índia, principalmente. (Todd, 2025; Santoro, 2022).

É interessante observar que em um mundo pós-colombiano, isto é, em que todas as parcelas territoriais possíveis já foram conquistadas e que todos os mares já tenham sido explorados, conforme postulou o geopolítico clássico Halford Mackinder no início do século XX, o poder terrestre tenha se tornado decisivo a qualquer projeto de dominação. É claro que Mackinder fazia alusão ao que ele denominou de *heartland* ou área pivô (Figura 2) e alertava para uma possível aliança russo-germânica. Guardadas as devidas ressalvas históricas, não é fortuita a movimentação geopolítica russa nos anos recentes, sua aproximação com a China, o conflito na Ucrânia motivado, dentre outras razões, pelo acesso a recursos estratégicos e às rotas do mar Negro e, por fim, o projeto de construção daquela que ficou popularizada como a Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative* – BRI) lançada pela China em 2013, a qual prevê, além das vastas rotas marítimas, inúmeras rotas terrestres, parte delas costurando o leste europeu à região centro-asiática, abarcando pontos estratégicos do Oriente Médio. (Figura 3).

Figura 2 - Representação da Área Pivô segundo Mackinder



THE NATURAL SEATS OF POWER.
Pivot area—wholly continental. Outer crescent—wholly oceanic. Inner crescent—partly continental, partly oceanic.

Fonte: GEOUSP Espaço e Tempo, 2011.

Figura 3 – Nova Rota da Seda



Fonte: The Economist, 2016.

A Nova Rota da Seda pode ser vista como um ambicioso projeto geoeconômico, promovendo o maior fluxo comercial entre os países que dela fazem parte, bem como garantindo abastecimento energético e acesso a toda sorte de recursos naturais essenciais. Pode ser vista, ainda, como um projeto geopolítico, assegurando condições para defesa mútua ou colaboração entre os países cujos territórios tenham sido ocupados por projetos de infraestrutura, como portos, ferrovias etc. As possíveis conexões territoriais oportunizadas pela rota acabam tornando estes países protegidos de interferências externas, especialmente norte-americanas. (McBride; Berman e Chatzky, 2023). Nesses termos é que podemos considerar a inciativa chinesa de construção da rota uma estratégica movimentação de acesso ao rico manancial de recursos da região que abrange a área pivô de Mackinder.

A Ásia tem se tornado o centro dinâmico da economia global, restando a conquista da centralidade político-cultural. Evidentemente que há profundas diferenças entre o mundo ocidental e o mundo oriental. Todavia, parece ser a China, e não os Estados Unidos, a atual defensora das premissas que sustentam uma ordem globalizada, seja financeira, comercial ou produtiva, sem que para tanto promova interferências nas sociedades parceiras, fazendo recomendações de quais devam ser as condutas de seus governos ou a natureza de seus regimes políticos. "Uma potência captura enormes porções da economia mundial sem utilizar a correspondente força militar. O imperialismo estadunidense não encontrou, até agora, nenhuma resposta frente a tal desafio." (Katz, 2024, p. 71). É provável que esta tenha sido uma das razões pelas quais tantos países tenham aceitado fazer parte da Nova Rota da Seda, além evidentemente dos interesses econômicos envolvidos.

A despeito do elevado número de países incorporados aos projetos previstos pela Nova Rota da Seda, não tem sido unânimes as opiniões emitidas e os posicionamentos adotados. Uma das principais críticas que se faz a iniciativa diz respeito ao possível endividamento de certas economias,

a ampliação do grau de dependência em relação à China e o aprofundamento de padrões de acumulação calcados na produção de bens primários. "Tal 'efeito de reprimarização' foi agravado pelo crescimento da China, potência que rapidamente se impõe como sócio desigual da América Latina" (Svampa, 2019, p.37). Não resta dúvidas de que a rota foi concebida para atender uma dinâmica econômica centrada nas determinações impostas pela economia chinesa, isto é, pela divisão do trabalho estabelecida a partir de sua inigualável capacidade tecnológica e de seu alto grau de investimento.

3 O BRICS, A AMÉRICA LATINA E A NOVA ORDEM MUNDIAL MULTIPOLAR

Estamos de acordo com o pressuposto de que há uma ordem mundial em construção e de que se trata de uma ordem erigida a partir do princípio da multipolaridade. Nesse sentido, cabe a seguinte questão: Como o Brics, a América Latina e especialmente o Brasil se inserem nessa ordem mundial multipolar? Como já afirmamos, a tessitura da nova ordem mundial passa pelo BRICS, assim como pelo papel que a América Latina tem assumido no conjunto de transformações em curso. É preciso considerar que as nações latino-americanas, em decorrência de suas próprias formações econômico-sociais, tem como uma de suas características a fragilidade de suas soberanias. Assim como do ponto de vista econômico são pouco dinâmicas, dotadas de baixa capacidade de inovação tecnológica, do ponto de vista militar e diplomático possuem sérias limitações, como a reduzida capacidade bélica e a ausência de *soft power*[2]. Segundo Osório (2019, p. 206):

> Este exercício desigual da soberania no interior do sistema mundial capitalista é uma característica estrutural, processo que se acentua ou se atenua em diferentes períodos históricos, mas que provoca no Estado do capitalismo dependente relações de *subsoberania*.

O Brasil, no entanto, se diferencia dos demais países latino-americanos pelas dimensões de sua economia, de seu território e pelo relativo poder militar e diplomático que possui. É certo que quando comparamos o Brasil às grandes potências, resta clara a distância em capacidade bélica. Todavia, é preciso considerar que o país possui uma base industrial de defesa cujas proporções não são desprezíveis, herança de nossa tradição em produção de materiais bélicos. Acrescente-se o *soft power* que o país alcançou em virtude de suas políticas de proteção ao meio ambiente, tornando-se referência na produção de energia a partir de fontes renováveis. Segundo informação do Ministério de Minas e Energia (2025), cerca de 50% da matriz energética e 88% da matriz elétrica brasileira são limpas e sustentáveis.

Nas décadas recentes, com a ampliação do comércio entre a América Latina e a China, os Estados Unidos, com reconhecida influência na região, têm acendido o alerta para o arrefecimento de

[2] Termo criado pelo cientista político norte-americano Joseph Nye para se referir ao exercício do poder de um país por meio de sua cultura, tradições, costumes e valores. Contrapõe-se ao *hard power*, relacionado ao uso da força, ao poder bélico e militar de um Estado.

poder, pelo menos do ponto de vista econômico. Enquanto isto a China tem realizado altos investimentos em infraestrutura e aquisição de empresas do setor energético e das comunicações, por exemplo, tornando as economias latino-americanas reféns de suas decisões, acentuando o caráter dependente de seus Estados. Nesses termos, o aprofundamento do *padrão exportador de especialização produtiva* (Osório, 2012) é garantido e/ou acompanhado pela reiteração das condições que sustentam a subsoberania. Em outras palavras, os processos econômicos que alicerçam as relações desiguais entre a China e a América Latina são, do ponto de vista político, marcados pelo predomínio de burguesias nacionais frágeis cujos interesses passam pela submissão aos ditames da ordem internacional. Conforme Osório (2019, p. 206):

> Entre outras coisas, a dimensão subsoberana do Estado do capitalismo dependente implica a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista, situação que não deve ser interpretada como um obstáculo, mas, ao contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui possíveis conflitos.

O aprofundamento do *padrão exportador de especialização produtiva* nas economias latino-americanas, ancorado em atividades primárias, como a produção de grãos e a exploração de recursos minerais, mercadorias com desigual incorporação tecnológica quando comparadas às mercadorias importadas por estes países, implica na manutenção de um padrão de acumulação calcado na exploração de grande contingente de trabalhadores, os quais recebem parca remuneração e possuem condições de vida e condições laborais bastante precarizadas. Há uma dinâmica de transferência de valor que reproduz a dependências nestas economias, a despeito da capacidade industrial alcançada por alguns países latino-americanos, como é o caso do Brasil, México, Chile e Colômbia. Conforme apontamos na primeira parte do texto, há a possibilidade de que o Brasil, atualmente considerado parte das economias semiperiféricas, por isto inserido no "eixo industrial heterodoxo emergente" segundo propositura de Visentini (2019), seja rebaixado para o quarto eixo, o "eixo agrário, mineral e demográfico periférico".

É particularmente sobre os países do "eixo agrário, mineral e demográfico" que recaem as análises de Osório (2019) sobre a dependência econômica e política destas sociedades. No tocante ao caso específico do Brasil, a posição historicamente ocupada pelo país na porção sul do continente e o próprio processo de industrialização logrado no transcurso do século XX dotaram-no de relativa autonomia. Isto talvez explique, inclusive, a resistência por parte do Brasil em aderir aos acordos previstos pela Nova Rota da Seda, ao contrário de outros países latino-americanos. Em todo caso, o Brasil é o principal destino dos IED chinês na América Latina, sendo que alguns autores não descartam a possibilidade de que o Brasil venha a aderir a Nova Rota da Seda, dadas as possibilidades que tal acordo possa implicar principalmente no âmbito das obras de infraestrutura (Filho *et al*., 2022).

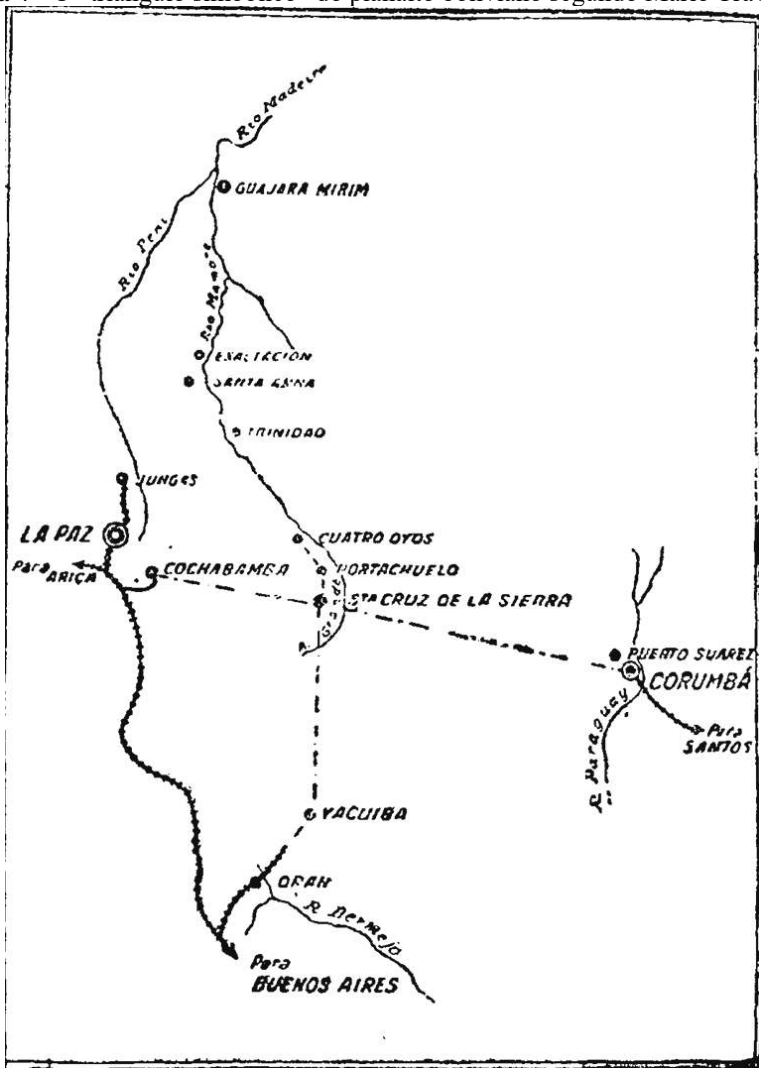
A construção de portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, dentre outras obras de infraestrutura, trata-se de uma necessidade premente a fim de que as economias sul-americanas possam se integrar e, inclusive, possam escoar suas mercadorias para os mercados asiáticos. Se, por um lado, o apoio chinês se apresenta fundamental para a ampliação do comércio desses países, por outro, ele poderá implicar – como aparentemente já tem ocorrido – na maior dependência dos setores produtivos ligados ao chamado neoextrativismo (Svampa, 2019). Alguns territórios se apresentam de fundamental importância pela posição geográfica que ocupam. Tal é o caso do chamado "triângulo simbólico" ou "triângulo estratégico" boliviano. Mário Travassos, um dos pioneiros nos estudos sobre a geopolítica do Brasil, registrou o papel essencial desse território, dada a sua capacidade de projeção na porção sul do continente americano. "Por essas razões, convergem de todos os quadrantes as mais imperiosas influências sobre Santa Cruz de la Sierra, segundo as direções de Cochabamba, de Oran por Yacuíba, de Puerta Suárez, enfim de Guajará-Mirim" (Travassos, 1938, p. 61). (Figura 4).

Em 1978, o americano Lewis Tumbs, em alusão ao conceito de Mackinder, denominou a região de "heartland sul-americano" ou "Charcas heartland". Charcas era o antigo nome da região que, segundo as palavras de Tumbs (1978, p. 232):

> Este *heartland* (es decir Charcas), compacto, centralmente localizado, rico en recursos, temperado en clima, inmune para ataque marítimos y dominando las cabeceras de água de los dos mayores sistemas del Continente – el Amazonas y el Plata – como también controlando las rutas transcontinentales directas y diagonales, llena todos los requerimientos geopolíticos clásicos para ser un área pivote.

Ainda no que concerne o chamado "heartland sul-americano", Pfrimer (2011) chama a atenção para as transformações que se operaram nos discursos geopolíticos, e, portanto, na configuração do triângulo estratégico, conforme as próprias mudanças na dinâmica territorial da região, a exemplo da descoberta de mais de 90% das reservas de gás e petróleo bolivianas em Tarija e a transferência da capital constitucional de Sucre para La Paz. Segundo Pfrimer (2011, p. 140): "Dessa forma, o translado de um dos vértices do triângulo estratégico de Sucre para Tarija, aponta na direção de que houve uma interação entre discursos, práticas e estrutura territorial." Em todo caso, tais interações entre discursos, práticas e estrutura territorial não implicam na negação da importância estratégica da região para a América do Sul, apenas apontam a natureza dinâmica do território.

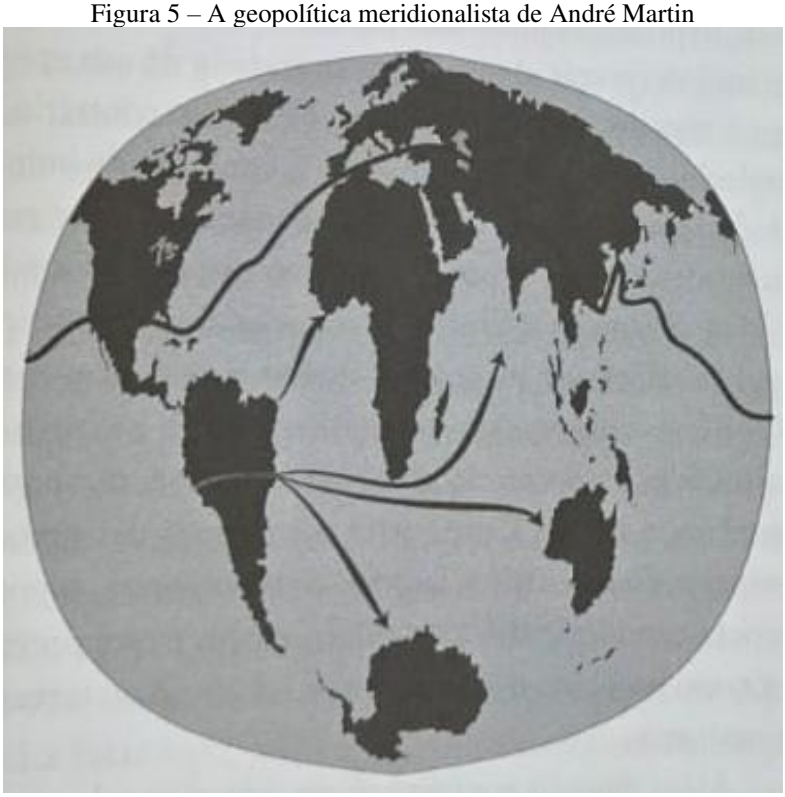
Figura 4 - O “triângulo simbólico” do planalto boliviano segundo Mário Travassos



Fonte: Travassos, 1938

Parte dessa importância advém, inclusive, das possibilidades de integração territorial oferecidas pela região, dada a capacidade de convergência entre os países sul-americanos em direção a um eixo articulador de interesses econômicos comuns. Particularmente em relação ao Brasil, a perspectiva geopolítica proposta por André Martin, em parte inspirada nos escritos de Meira Mattos, compreende o país como uma potência do hemisfério Sul, juntamente com outras (Brasil, África do Sul, Índia e Austrália), as quais comporiam o chamado *Comitê Sul*, reservando um importante papel nos rumos da geopolítica global. (Figura 5). É importante considerar que a coexistência de tantos países em processo de desenvolvimento e a conformação do BRICS não possui correspondência com a tese proposta por Martin, para quem o BRICS poderia ser visto enquanto um “exercício intelectual que não apresentaria maiores consequências geopolíticas, não fosse tão explícito o objetivo hegemônico da principal potência” (Martin, 2018, p. 204).

Figura 5 – A geopolítica meridionalista de André Martin



Fonte: Alfredo Pereira de Queiroz Filho, 2018.

Como se vê, Martin elaborou uma proposta que posiciona o Brasil num arranjo geopolítico original, garantindo maior independência e autonomia em face das grandes potências. Tal destino seria coerente com as características naturais, demográficas e culturais do que ele considera o Hemisfério Sul político. Opondo-se à geopolítica golberyana, centrada no mundo ocidental cristão, a proposta meridionalista enxerga, nos atributos políticos das nações do hemisfério sul, o aspecto fundamental para a constituição de um bloco de países capazes de alterar a ordem geopolítica do mundo contemporâneo. Para tanto, tais países reúnem grande contingente populacional, reduzidas taxas de emissão de gás carbônico se comparados aos países do hemisfério norte, inexistente participação no Conselho permanente de Segurança da ONU. Em síntese, "nesse sentido, o que a perspectiva meridionalista reivindica é o reconhecimento da existência de um sexto *jogador global* na disputa pelo *poder mundial*" (Martin, 2018, p. 206).

Embora contenha argumentos bastante sólidos, a proposta meridionalista parece não encontrar condições favoráveis que permitam colocá-la em prática. Primeiro, porque o tensionamento das relações entre a China e os Estados Unidos acaba fazendo com que muitos países se vejam de certo modo reféns das decisões de ambos, reduzindo o grau de autonomia que teriam diante de um quadro menos conflituoso. Segundo, porque a proposta meridionalista acaba por desconsiderar a heterogeneidade que caracteriza as economias e as sociedades do hemisfério sul. Finalmente, porque o alinhamento entre a Austrália e os demais, assim como entre a Índia e os demais, comportaria uma profunda revisão de laços históricos e de acordos bilaterais com a Inglaterra e com os Estados Unidos,

principalmente. Especificamente sobre o posicionamento da Austrália entre os países do bloco meridional e da China entre as potências do hemisfério norte, Martin (2018, p. 206) afirma que:

> A inclusão da Austrália por sua vez, no bloco meridional e, no sentido contrário, a da China para o conjunto das grandes potências do setentrião, supera, dessa maneira, o ponto de vista economicista, ainda dominante, e que prevaleceu tanto no bloco dos não alinhados como no terceiro-mundismo.

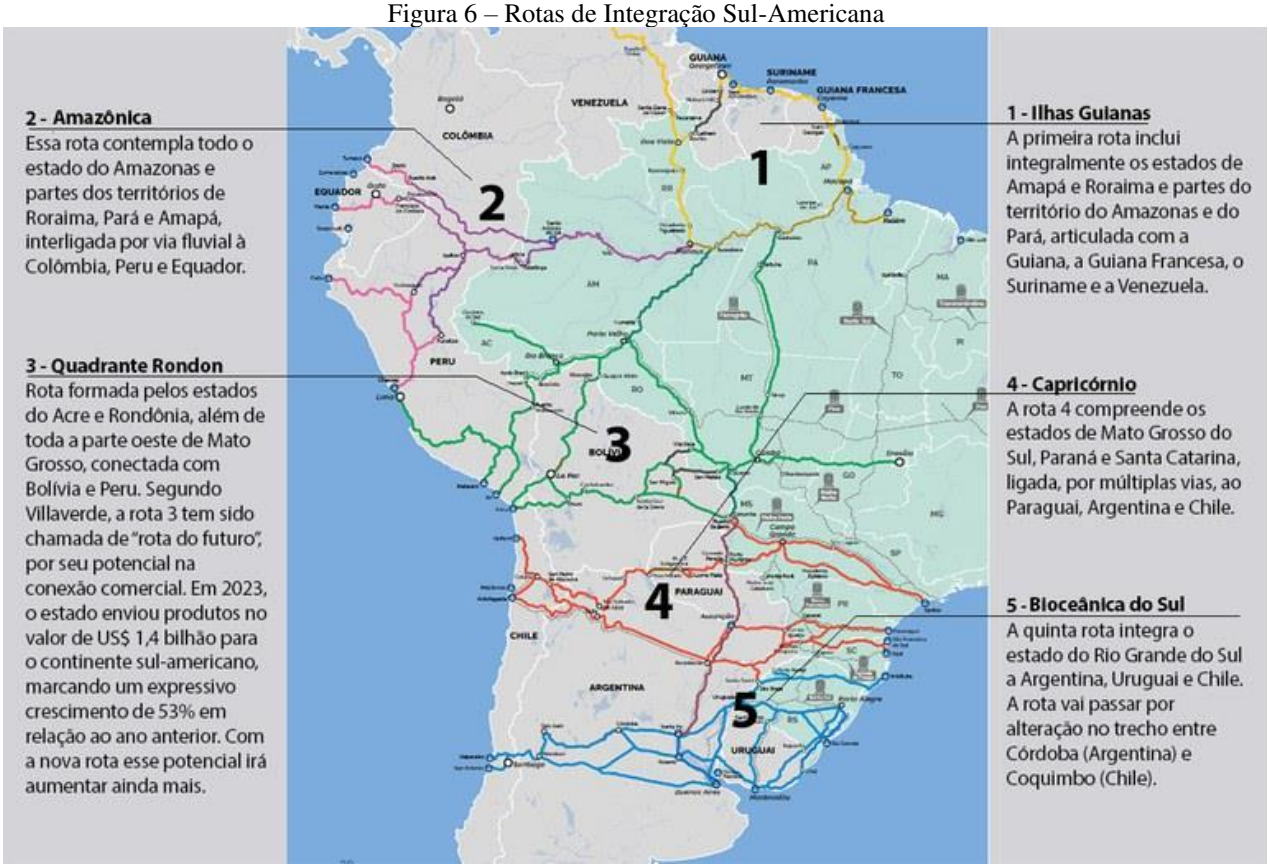
Concordamos, todavia, que o BRICS não se coaduna a uma projeção geopolítica do Brasil, tal qual a proposta meridionalista de Martin. Enquanto esta se coloca como um comitê que visaria transformações nos arranjos de poder em termos globais, aquela se apresenta vantajosa ao Brasil apenas em termos relativos, dada a reiteração, que pode vir a promover, de um modelo econômico ancorado na produção de produtos primários. Vale dizer, a primeira é refém de uma perspectiva economicista e porque não dizer imediatista e, em razão disso, desprovida de ambições geopolíticas a altura da importância geográfica, econômica e cultural do Brasil. A segunda fundamenta-se eminentemente na virtualidade do poder político que reúnem alguns países meridionais. Ambas têm em comum a centralidade de um possível arranjo de países conferindo pouca importância à integração latino-americana per se.

Entende-se, todavia, que a existência do BRICS não constitui um impedimento, podendo mesmo ensejar uma maior cooperação entre as nações latino-americanas a depender do modo como o Brasil conduzirá os acordos e ao mesmo tempo promoverá mudanças em sua estrutura produtiva. No que tange a porção sul do continente, há várias iniciativas com esse propósito. Cabe destacar o recente Projeto de infraestrutura, lançado pelo governo brasileiro, visando a integração territorial e comercial entre o Brasil e 11 países fronteiriços. Denominado “Rotas de Integração Sul-Americana”, o Projeto prevê 190 obras, as quais serão financiadas por meio de investimentos públicos e concessões à iniciativa privada, contemplando 65 rodovias federais, 40 hidrovias, 35 aeroportos, 21 portos, 15 infovias, nove ferrovias e cinco linhas de transmissão de energia elétrica. (MPO, 2025).

Para tanto, o governo brasileiro delineou da seguinte forma as cinco rotas do Projeto: Rota 1: Ilha das Guianas (Roraima, Amazonas, Pará e Amapá - Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela); Rota 2: Amazônica (Amazonas - Colômbia, Peru e Equador); Rota 3: Quadrante Rondon (Acre, Rondônia e Mato Grosso - Peru, Bolívia e Chile); Rota 4: Bioceânica de Capricórnio (Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina - Paraguai, Argentina e Chile) e Rota 5: Bioceânica do Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul - Uruguai, Argentina e Chile). (MPO, 2025). (Figura 6). Recentemente, foram incorporadas ao Projeto as 16 unidades federativas não fronteiriças. Se bem-sucedido, o projeto tornará as economias sul-americanas ainda mais integradas, dinamizando as cadeias globais de valor e propiciando maior competitividade aos produtos comercializados.

Sabe-se que o Brasil assumiu, no dia 1 de janeiro de 2025, e pela quarta vez, a presidência rotativa do BRICS. O lema escolhido para o exercício da presidência do grupo foi o seguinte: "Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável". Tal lema sintetiza duas ideias motrizes do BRICS: a concepção espacial do grupo com base nas potencialidades do sul geopolítico e a propositura de uma nova governança global. Ambos se coadunam no esforço de constituição de uma ordem mundial calcada no multilateralismo e na defesa do meio ambiente. Nesse sentido, a despeito das clivagens de poder, com o paulatino êxito do BRICS toma corpo o projeto político de maior integração entre as nações sul-americanas.

Figura 6 – Rotas de Integração Sul-Americana



Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2025.

4 CONCLUSÃO

O sistema mundial contemporâneo tem passado por profundas transformações, dentre as quais é preciso considerar a expansão econômica de alguns países, destacadamente a China e a Índia, bem como as mudanças na dinâmica de poder no âmbito do espaço europeu e nos Estados Unidos. Tais transformações tem conduzido a uma ordem que alguns denominam multilateral. Assim, estamos de acordo com a definição proposta por Visentini de uma ordem marcada pela multipolaridade instável, sendo que esta instabilidade é produto da própria indefinição dos rumos que o sistema tem tomado. É certo que estamos atravessando um período histórico que tem inaugurado novos arranjos de poder em

âmbito global, mas também tem ensejado a possibilidade de uma nova arquitetura financeira e institucional.

Do conjunto de transformações institucionais, compre considerar a importância do BRICS. Trata-se de um bloco de países bastante heterogêneos econômica, política, cultural e militarmente, mas que compartilham o desejo de constituírem uma nova ordem global, uma ordem mais flexível, plural e sem a regência de um único país ou um seleto grupo de países que partilham o poder global pós 2ª Guerra Mundial. Buscam especialmente a conformação de uma ordem global mais integrada economicamente. O Brasil, por sua vez, consiste em um importante país-membro do bloco e cujos esforços passam, ou pelo menos deveriam, pela ampliação do grau de integração com os demais países latino-americanos. Teoricamente recorremos tanto às contribuições de estudos de geopolítica quanto das relações internacionais para o alcance de certo nível de compreensão do intrincado mosaico geopolítico que configura o mundo contemporâneo e metodologicamente lançamos mão de algumas figuras por meio das quais foram ilustrados alguns dos processos referenciados ao longo do texto.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Estadual de Goiás que, por meio do Pró-Programas 2025 – UEG, viabilizou o pagamento desta publicação.

REFERÊNCIAS

FILHO, Carlos; Nunes, Ticiana; Di Marco, Giulia; Mendonça, Marco Aurélio. Iniciativa cinturão e rota na América Latina: entre adesões e hesitações. Rio de Janeiro: IPEA, **Texto para Discussão**. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/td2818, 1-49, 2022.

KATZ, Claudio. **América Latina na encruzilhada global**. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

MCBRIDE, James; BERMAN, Noah; CHATZKY, Andrew. China's Massive Belt and Road Initiative. **Council on Foreign Relations**. February 2, 2026 Disponível em: https://www.cfr.org/backgrounder/chinas-massive-belt-and-road-initiative. Acesso em: 22 mai. 2025.
MACKINDER, Halford. O pivô geográfico da história. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 15, n. 1. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74189, 2011. Disponível https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74189 Acesso em: 22 mai. 2025, 88-100.

MARTIN, André. **Brasil:** geopolítica e poder mundial: o anti-Golbery. São Paulo: Hucitec, 2018.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Transição Energética**. Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/dia-da-energia-limpa-brasil-e-referencia-em-energia-renovavel-e-sustentavel-na-america-latina. Acesso em: 28 mai. 2025.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. **Rotas de integração sul-americana:** Relatório 2025: Interiorização e bioceanidade. Brasília: Secretaria de Articulação Institucional/MPO. Disponível em: Rotas de Integração Sul-Americana — Ministério do Planejamento e Orçamento. Acesso em: 08 ago. 2025.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização:** A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, pp. 37-86

PFRIMER, Matheus. Heartland Sul-americano? Dos discursos geopolíticos à territorialização de um novo triângulo estratégico boliviano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 29, 131-144, 2011.

RIBEIRO, Filipe Giuseppe Dal Bo. **A nova geografia militar:** logística, estratégia e inteligência. São Paulo: Hucitec, 2018.

SANTORO, Maurício. **A China e a guerra da Ucrânia**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental:** potências emergentes e a nova ordem global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina:** conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

TAMBS, Lewis. Factores geopoliticos en America Latina. In: GUMUCIO, Mariano Baptista e WEISE, Agustín Saavedra. **Antologia Geopolitica en Bolívia**. Cochabamba: Ed. Los Amigos del Libro, 1978, pp. 229-244.

THE ECONOMIST. **Our Bulldozers, our Rules.** Disponível em: https://www.economist.com/china/2016/07/02/our-bulldozers-our-rules. Acesso em 22 mai. 2025.

TODD, Emmanuel. **La derrota del occidente.** 5ª ed. Madri: Ediciones Akal, 2025.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A Multipolaridade Instável: construindo um conceito da transição sistêmica e suas alianças fluídas. **Revista de Segurança, Desenvolvimento e Defesa**, v.2, n.1., jan. / jun. 2025. Disponível em: rsdd.esd.gov.br/index.php/rsdd/article/view/64. Acesso em: 15 mai. 2025, pp. 173-183.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Eixos do poder mundial no século XXI: uma proposta analítica. **Austral:** Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais v.8, n.15, jan./jun., 2019, pp. 9-25.